

**PINGA-FOGO**

■ MARCOS PEREIRA, PRESIDENTE NACIONAL DO REPUBLICANOS, RECEBE GAROTINHO E MEXE NA SUCESSÃO DO RIO - O ex-governador Anthony Garotinho desembarcou em Brasília nesta terça, 25, em companhia da filha, ex-deputada federal Clarissa Garotinho e do ex-prefeito de Belford Roxo, Waguihno. Eles seguiram do aeroporto direto para uma reunião com o presidente do Republicanos, o deputado Marcos Pereira.

■ Questionado pela coluna se a conversa era sobre a sua candidatura pela legenda, Garotinho sorriu: "vou ser candidato em 2026. Uma coisa é certa: vou fazer oposição a Eduardo Paes".

■ GAROTINHO: ACOLHIDA PATERNA BEM LONGE DA POLÍTICA - Sobre o restabelecimento da sua relação com o prefeito de Campos, Wladimir Garotinho, o ex-governador e pai do rapaz foi conciso: "Como pai, a minha casa está aberta para acolher meu filho, mas na política estamos bem distantes".

■ Clarissa Garotinho, que estava junto na conversa, ao ouvir a citação do nome do irmão, fez questão de se afastar.

■ O PEIXE CONTINUA NA LAPELA DE EVERALDO - Quem dividiu o voo da Latam para Brasília foi o pastor Everaldo Pereira, líder do Podemos, depois da incorporação do PSC pela legenda.

■ Na lapela de Everaldo, o famoso símbolo do Peixe bíblico, que foi adotado pelo Partido, além do Número 20. Ele tem ficado na aérea Rio - Brasília cuidando dos acordos de 2026 da legenda.

■ ESFORÇO CONCENTRADO DE CLÁUDIO CASTRO PELO PROPAG - O governador Cláudio Castro passa a semana em Brasília e acompanha já na próxima quinta, 27, a votação da derrubada dos vetos de Lula ao Propag. Com o clima acirrado do Planalto com o parlamento, ninguém duvida que os governadores sairão vencedores.

■ LIMA E LIBERTADORES MARCARAM O INÍCIO DO FIM DE WITZEL - Foi em Lima, no Peru, quando o Flamengo disputou a final das Li-

**MAGNAVITA**

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Marco Antonio Lima



*Na foto cumprimentando o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, o juiz brasileiro Rodrigo Mudrovitsch foi eleito presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos*

bertadores de 2019, que o ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, se ajoelhou para cumprimentar Gabigol durante a comemoração após a conquista da Libertadores. Ao ver a intenção do político, Gabigol ignorou o gesto, saiu andando e Witzel foi alvo de polêmica e críticas. O político se desculpou depois, dizendo que estava sendo um "torcedor apaixonado". As razões políticas atestam que foi neste gesto de pseudo-humildade que o mito do governador -juiz começou a ruir. O Flamengo disputa na mesma cidade a mesma taça, só que não terá mais políticos de joelhos. O caso fez história.

■ O PREDADOR DO SISTEMA UNIMED - Como a Unimed Seguros, sob o comando de Helton Freitas, ameaça ruir o próprio ecossistema que diz defender.

■ Em meio à maior crise já enfrentada pelo sistema Unimed no Rio de Janeiro, uma personagem até aqui tratada com excessiva complacência precisa ser colocada no centro do debate: a Unimed Seguros — e, mais especificamente, seu presidente, Helton Freitas, cujo projeto de poder interno transformou a seguradora no principal fator de instabilidade do sistema cooperativista de saúde.

■ A derrocada da Unimed-Rio, que deixou mais de 800 mil vidas à beira da desassistência, exi-

giu a mobilização coordenada de instituições públicas e entidades do sistema Unimed. Mas, quando chegou a hora de agir, uma das peças-chave desse arranjo simplesmente não apareceu. E não apareceu porque não quis.

■ A Unimed Seguros, dirigida por Helton Freitas, tinha — por escrito — a obrigação de assumir a carteira da Unimed-Rio caso sua recuperação fosse impossível. Estava tudo previsto no Termo de Compromisso firmado em 2016 com a ANS, MPRJ, MPF e demais compromissários. A crise veio. A inviabilidade ficou clara. Mas a Seguros não apresentou a proposta obrigatoria. Não assumiu a carteira. Não dividiu o risco. Preferiu o silêncio estratégico — e politicamente conveniente.

■ Quem assumiu o passivo bilionário de R\$ 1,7 bilhão, a urgência assistencial e a pressão operacional foi a Unimed FERJ, jogada ao centro do incêndio para impedir um colapso sistêmico no Rio de Janeiro. Enquanto tentava reorganizar a rede, pagar hemodiálises, cirurgias oncológicas e internações de alta complexidade, a FERJ fazia o que a Seguros deveria ter feito: garantir o atendimento dos beneficiários.

■ Mas o capítulo mais corrosivo dessa história não foi a omissão, e sim o veio depois.

■ Mesmo fugindo da obrigação institucional que assinou, a Unimed Seguros passou a invadir o território da FERJ, disputar prestadores, recrutar corretores e captar beneficiários no Rio e em Duque de Caxias — as mesmas praças onde a Federação tentava, com parcos recursos e dívidas acumuladas, evitar o caos assistencial.

■ Na prática, a Unimed Seguros passou a canibalizar a receita da FERJ, drenando recursos de uma entidade já fragilizada e transformando a crise do sistema em oportunidade comercial e política.

■ Porque, ao contrário do que se vende nos discursos cooperativistas, há um projeto pessoal em curso: Helton Freitas trabalha nos bastidores para se viabilizar como futuro presidente da Unimed do Brasil, e utiliza a Seguros como instrumento para consolidar poder, influência e território.

■ Para quem acompanha a política interna do sistema Unimed, a equação é cristalina: quanto mais fragilizadas as singulares e federações, maior o espaço de manobra para a Seguros — e maior o capital político acumulado por seu presidente.

■ É uma lógica perversa, mas eficaz: ganhar força interna às custas da asfixia financeira de quem está lutando apenas para manter pacientes vivos.

■ O resultado desse comportamento predatório é devastador. A Unimed FERJ, que assumiu heroicamente a carteira da Unimed-Rio para evitar desassistência em massa, foi empurrada para o limite financeiro por dívidas renegociadas, efeito-represa de atendimentos represados e queda drástica de capital de giro. E, enquanto isso, a Seguros seguia expandindo silenciosamente sua presença comercial na mesma área, como se fosse apenas mais um movimento empresarial — quando, na verdade, era um golpe político.

■ Mas o próximo capítulo dessa história, que deveria envergonhar qualquer defensor do cooperativismo, aconteceu agora, em novembro.

■ Com a FERJ à beira do colapso, e após meses de ausência da Unimed Seguro, quem foi obrigado a assumir a responsabilidade assistencial foi a Unimed do Brasil, uma entidade que sequer opera como operadora de saúde.

■ A Confederação Nacional, que nunca geriu carteira de beneficiários, teve de firmar contrato de compartilhamento de risco para garantir, a partir de 20 de novembro, o atendimento de todos os usuários da FERJ. A Unimed do Brasil precisou intervir porque a

Seguros, que tinha o dever — e a capacidade — de agir, optou pela omissão.

■ Enquanto isso, Helton Freitas segue trabalhando para projetar-se como líder máximo do sistema Unimed — permanece incólume, expandindo território, acumulando influência e deixando para trás médicos, prestadores e beneficiários que pagam o preço de seu projeto pessoal.

■ A crise da FERJ não é apenas consequência da falência da Unimed-Rio.

■ É também — e talvez principalmente — produto da combinação explosiva entre omissão institucional, expansão predatória e ambição política.

■ Se o cooperativismo ainda significa alguma coisa dentro do sistema Unimed, este é o momento de olhar sem eu-femismos para a pergunta que ninguém quer formular abertamente: como é possível que uma entidade criada para fortalecer o sistema se comporte como seu maior predador?

■ A resposta está diante de todos — basta coragem para dizer.

**Fernando Molica****Voluntarismo, erro, tiros e vítimas**

Internado em estado grave, o policial militar Cláudio Marques dos Santos Barcellos é vítima de um gesto que, embora bem intencionado, indica impulsividade, despreparo e desrespeito à lei.

De acordo com testemunhas, ele, na tarde de terça, de folga, reagiu a uma tentativa de assalto a um pedestre em Botafogo, Zona Sul do Rio. O assaltado, Leandro Rodrigues, também foi ferido e está hospitalizado; um dos assaltantes morreu.

Vale repetir: qualquer pessoa, policial ou não, só pode atirar para defender a própria vida ou a de terceiros. Cabe à investigação apurar se os assaltantes estavam prestes a atirar em Rodrigues, o que justificaria a reação de Barcellos. Mas, também segundo pessoas que viram o episódio, o PM passava pelo local em sua moto, viu a ação dos criminosos e reagiu.

Por mais heroico pareça, o gesto do PM aponta para a repetição de um comportamento que ficou banalizado entre nós e que gera consequências trágicas. O assalto à mão armada é um crime grave, não se pode admitir que uma pessoa corra o risco de ser morta caso não entregue dinheiro e bens.

É compreensível a revolta dos cidadãos, assim como é lícito entender que, ao testemunhar um crime, um policial tente impedi-lo, cumpra sua função. Barcellos poderia ter,

simplesmente, seguido seu caminho, mas preferiu agir, sabendo que colocava a própria vida em risco. Todos temos que torcer por sua recuperação.

Mas, como representante do Estado, cabe a um policial avaliar em que situações ele deve atuar, julgar até que ponto sua ação pode provocar algo ainda pior que a subtração de bens de terceiros. Ninguém gostaria de ser ameaçado por alguém armado, mas pior do que isso é ficar no meio de um tiroteio. Duvindo que Rodrigues, a vítima do assalto, achasse que foi melhor tomar um tiro do que perder a carteira e o celular.

Essa consciência do policial vai além de uma posição particular, precisa ser ressaltada pelos superiores. A função prioritária da polícia não é prender ou matar bandidos, mas proteger a vida e garantir segurança.

Não se pode continuar a apostar numa receita que, há décadas, vem se mostrando errada. Policiais não devem ser estimulados a agirem como salvadores, mas como profissionais capazes de cumprir seus deveres, de atingirem metas.

Insistir na insanidade coloca em risco mais e mais vidas, todos os dias, especialmente entre a população mais pobre, aí incluídos policiais militares (os que morrem são quase todos de baixa patente). Em outubro, Barcellos recebeu R\$ 3.170,17 de salário líquido e mais R\$ 2.089,54 por trabalhos extras, autorizados pela PM.

Não custa frisar um ponto que costuma passar batido nas discussões sobre o confronto ao crime, a necessidade de se garantir também a integridade dos policiais, funcionários

públicos que têm o direito de exercerem uma profissão tão essencial.

Esses homens e mulheres não podem ser tratados como descartáveis. Também são vítimas da insanidade que estimula confrontos que servem apenas para aplacar o desejo de vingança de uma população que, amedrontada, aceita qualquer tipo de ação contra a criminalidade, mesmo aquelas que produzem apenas cadáveres e feridos.

Ao estimularem o pegar pra capar, o vale tudo, o bandido bom é bandido morto, autoridades de diversos níveis atiçam a irracionalidade e um suposto espírito de heroísmo que continua a produzir mortos por todos os lados e que não melhorou em nada a segurança pública.

Não se pode continuar a apostar numa receita que, há décadas, vem se mostrando errada. Policiais não devem ser estimulados a agirem como salvadores, mas como profissionais capazes de cumprir seus deveres, de atingirem metas.

Alcolumbre fez campanha aberta pela indicação à vaga no STF em favor do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele contou aos colegas de Senado que se sentiu traído e, por esse motivo, rompeu com o líder. Seria também por esse motivo que resolveu marcar a sabatina para o próximo dia 10, dando pouquíssimo tempo para Messias conquistar votos dos senadores.

A decisão contraria declaração anterior do presidente

**Homenagem merecida a Rodrigo Mudrovitsch**

Na última sexta, a coluna Magnavita destacou, através do site do Correio da Manhã, a histórica eleição do brasileiro Rodrigo Mudrovitsch como presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o biênio 2026 a 2027. Hoje, o reconhecimento se ampliou no cenário nacional: o Senado Federal aprovou, por unanimidade, um voto de aplauso em homenagem ao jurista.

A iniciativa partiu do senador Rodrigo Pacheco, que ressaltou a trajetória acadêmica e profissional de Mudrovitsch, formada por sólida atuação no Direito público, participação em projetos legislativos e dedicação à defesa do Estado democrático e dos direitos fundamentais.

A homenagem do Senado dialoga diretamente com o destaque antecipado pela Coluna Magnavita na última sexta, reforçando o prestígio que a eleição de Mudrovitsch representa para o Brasil no sistema interamericano. Um momento de celebração para o país e para o novo presidente da Corte IDH, cuja atuação ganha mais uma importante reverência institucional.

**Tales Faria****'Voto em qualquer indicado, menos o Messias', diz Alcolumbre**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse a senadores ter ouvido do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA), é o verdadeiro padrinho da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a versão de Alcolumbre, Lula lhe disse, numa conversa reservada no Palácio, que Wagner argumentou: "A nomeação do Messias é o único pedido que lhe faço".

Wagner nega a indicação. Diz que a escolha foi do presidente. O atual advogado-geral da União era o subchefe de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil, quando Wagner chefiava a pasta.

Alcolumbre fez campanha aberta pela indicação à vaga no STF em favor do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele contou aos colegas de Senado que se sentiu traído e, por esse motivo, rompeu com o líder. Seria também por esse motivo que resolveu marcar a sabatina para o próximo dia 10, dando pouquíssimo tempo para Messias conquistar votos dos senadores.

A decisão contraria declaração anterior do presidente

do Senado de que nada faria contra a escolha de Messias.

De interlocutores para os quais contou a história, Alcolumbre ouviu o argumento de que a indicação de ministro do STF é atribuição do presidente da República, e que ele não conseguirá nomear Rodrigo Pacheco abrindo guerra com o Palácio do Planalto.

"Não abri guerra para indicar o Pacheco. Isso está superado. Mas, diante do que o Jaques fez, voto em qualquer indicado, menos o Messias".

Um dos senadores que ouviu essa história disse à coluna não acreditar que o presidente da República tenha falado assim com Alcolumbre.

Segundo este senador, não é costume de Lula terceirizar responsabilidades. A escolha de Messias foi porque ele é da confiança pessoal do presidente, e este é o critério com que Lula tem se pautado nas indicações para o Supremo.

A avaliação de senadores do PT é que Alcolumbre apontou as baterias contra Jaques Wagner apenas para escolher um bode expiatório, já que não pode querer contrapor o presidente da República.

O candidato é evangélico e tem priorizado, neste primeiro momento de campanha, os senadores da bancada evangélica. Integrantes da bancada já se dispuseram a participar da campanha para diminuir as resistências a seu nome.

"Agora o Lula tem que manter o Messias e trabalhar para que ele tenha a nomeação ratificada", disse o petista.

A coluna procurou o líder Jaques Wagner. Ele disse não acreditar que Lula tenha dito a Alcolumbre que Messias era sua indicação, e não acreditar, sequer, que o presidente do Senado esteja com essa versão.

"Tem um mentiroso na história e esse mentiroso está espalhando essa versão", disse Wagner.

Quanto à possibilidade de Jorge Messias ser derrotado, Wagner também não acredita. "Vai dar tempo de fazer campanha", afirma o líder do governo.

Por sinal, Messias já começou a campanha. Depois de divulgar uma carta aberta com elogios a Alcolumbre, passou a marcar reuniões com senadores em busca de votos. Nesta quarta-feira (26), terá uma audiência com o senador Lucas Barreto (PSD-AP). Pelo visto, é voto conquistado. Lucas declarou que Messias "é um homem preparado para ser ministro".

O candidato é evangélico e tem priorizado, neste primeiro momento de campanha, os senadores da bancada evangélica. Integrantes da bancada já se dispuseram a participar da campanha para diminuir as resistências a seu nome.